

## EDUCAÇÃO INTEGRAL E A REFORMA DO ENSINO MÉDIO

*Ádria Maria Catunda Dias\**, *Maria Lilia Imbiriba Sousa Colares\*\** e  
*Denilson Diniz Pereira\*\*\**

### RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão sistematizada da produção do conhecimento sobre a reforma do ensino médio e educação integral publicada nos periódicos vinculados ao Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação (FEPAE nacional), entre 2018 e 2023. Os procedimentos metodológicos incluíram revisão bibliográfica e análise documental. Os critérios de seleção dos artigos se deram a partir da presença dos termos *educação integral* ou *reforma do ensino médio* no título, palavras-chave ou resumo. Na seleção foram identificados 114 periódicos da área de educação Qualis A. Desse total foram selecionadas 67 revistas que, após a aplicação dos descritores, resultaram em 258 artigos. Os resultados da análise de categoria indicam que os estudos centram-se em uma perspectiva histórica, crítica e reflexiva sobre o tema e apontam perspectivas e desafios atuais e futuros.

**Palavras-chave:** educação integral; reforma do ensino médio; FEPAE.

---

\* Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-7070-1425>. Correio eletrônico: [adriamaria209@gmail.com](mailto:adriamaria209@gmail.com).

\*\* Pós-doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com Estágio Pós-doutoral na Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professora Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-5915-6742>. Correio eletrônico: [liliacolaress@gmail.com](mailto:liliacolaress@gmail.com).

\*\*\* Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC MINAS). Professor da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3807-8885>. Correio eletrônico: [denilsondiniz@ifam.edu.br](mailto:denilsondiniz@ifam.edu.br).

## **INTEGRAL EDUCATION AND THE REFORM OF SECONDARY EDUCATION**

### **ABSTRACT**

*The research aimed to carry out a systematized review of the production of knowledge on the reform of secondary education and integral education, published in journals linked to the national FEPAE - Forum of Editors of Journals in the Area of Education between 2018 and 2023. The methodological procedures included literature review and document analysis. The selection criteria for the articles were based on the presence of the terms "integral education" or "high school reform" in the title, keywords or abstract. In the selection, 114 journals in the area of education Qualis A were identified, of which 67 journals were selected, which, after applying the descriptors, resulted in 258 articles. The results of the category analysis indicate that the studies focus on a historical, critical and reflective perspective on the subject, and point out current and future perspectives and challenges.*

**Keywords:** *integral education; high school reform; FEPAE.*

## **LA EDUCACIÓN INTEGRAL Y LA REFORMA DE LA EDUCACIÓN SECUNDARIA**

2

### **RESUMEN**

*La investigación tuvo como objetivo realizar una revisión sistematizada de la producción de conocimiento sobre la reforma de la educación secundaria y la educación integral, publicada en revistas vinculadas al FEPAE nacional - Foro de Editores de Revistas del Área de Educación entre 2018 y 2023. Los procedimientos metodológicos incluyeron la revisión de la literatura y el análisis de documentos. Los criterios de selección de los artículos se basaron en la presencia de los términos "educación integral" o "reforma de la enseñanza media" en el título, las palabras clave o el resumen. En la selección se identificaron 114 revistas del área de educación Qualis A, de las cuales se seleccionaron 67 revistas, las cuales, tras aplicar los descriptores, dieron como resultado 258 artículos. Los resultados del análisis de categorías indican que los estudios se centran en una perspectiva histórica, crítica y reflexiva sobre el tema, y señalan perspectivas y desafíos actuales y futuros.*

**Palabras clave:** *educación integral; reforma de la escuela secundaria; FEPAE.*

## 1 INTRODUÇÃO

A reforma do Ensino Médio de 2017, por meio da Lei n.º 13.415 (Brasil, 2017), e a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2018 (Brasil, 2018) incorporaram a perspectiva de educação integral fundamentada nos conceitos de cidadania e formação crítica, organizada com base nas estratégias de flexibilização curricular e do protagonismo estudantil, centrando suas ações em itinerários formativos (Carvalho; Galvão, 2022). Diante desse contexto, refletimos como será desenvolvida a educação integral.

A reforma do ensino médio foi preconizada por seus autores como instrumento fundamental para a melhoria da educação no país. Posicionamentos contrários e a favor da reforma têm surgido em todas as esferas da sociedade civil. Nesse sentido, esta investigação tem como proposta identificar, em periódicos vinculados ao Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação (FEPAE nacional), o que se tem publicado sobre a reforma do ensino e educação integral, no sentido de compreender como se apresentam as análises da reforma do ensino médio que estão em andamento no Brasil a partir de sua aprovação em 2017.

Pretende-se, ainda, adquirir insumos teóricos, ao sintetizar as evidências científicas descritas nos artigos sobre os problemas, desafios e perspectivas que as pesquisas científicas têm identificado sobre a temática e assim fornecer informações que corroborem a melhoria dos processos educativos. Portanto, este estudo será norteado pelo seguinte questionamento: o que se tem veiculado nos periódicos do FEPAE nacional sobre a reforma do ensino médio e educação integral?

O objetivo da pesquisa consiste em realizar uma revisão sistematizada da produção do conhecimento sobre a reforma do ensino médio e educação integral publicada nos periódicos vinculados ao FEPAE nacional no período de 2018-2023. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico, de natureza exploratória e descritiva, com uma abordagem qualitativa, que se enquadra na metodologia de revisão sistemática. Tem como foco a temática da reforma do ensino médio e educação integral, visando identificar e analisar a produção científica dos periódicos vinculados ao FEPAE nacional voltados para o tema central.

No desenvolvimento da pesquisa, realizou-se a classificação por Qualis dos periódicos da área da educação no Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação da ANPED Catálogo de Revistas. Foram pesquisados todos os periódicos da área da educação na Plataforma Sucupira, canal que recebe todas as informações pertinentes à área por meio dos relatórios que vão gerar consecutivamente a classificação dos Programas de Pós-Graduação.

Em seguida, foi elaborada uma tabela com todos os periódicos com classificação Qualis A, totalizando 114 periódicos.

Foi realizado o levantamento da produção científica nos *sites* dos periódicos selecionados por meio do uso de palavras-chave, *educação integral* e *reforma do ensino médio*, visando identificar artigos relacionados ao tema. Aplicaram-se os critérios de inclusão/exclusão a partir da leitura do título, palavras-chave e resumo, selecionando apenas aqueles referentes ao problema central do estudo. De acordo com os critérios de seleção adotados, 67 revistas foram classificadas. Dentro dessas revistas, identificamos 258 artigos que atendiam aos critérios estabelecidos.

Para a seleção de aspectos relevantes para uma análise de categoria, foram selecionados 5 artigos a partir de uma perspectiva histórica, crítica e reflexiva. Em seguida foi realizada a interpretação e a descrição dos resultados apresentados pelos pesquisadores, sendo eles Vianna e Silveira (2023), Barcelos e Moll (2023), Marchi, Silva e Santos (2023), Caetano e Alves (2020), e Barbosa e Colares (2019). O artigo está estruturado da seguinte maneira: *introdução*, que apresenta o contexto, os objetivos e o percurso metodológico; *desenvolvimento*, que apresenta os resultados obtidos em subseções com os quantitativos e análises de categoria; e *considerações finais* da pesquisa.

4

## 2 RESULTADOS OBTIDOS

Neste item apresentamos as tabelas 1, 2, 3, 4, 5 e 6 para identificar o quantitativo de periódicos Qualis A da área da educação por região e a relação de periódicos selecionados a partir do quantitativo de artigos encontrados sobre os temas *educação integral* e *reforma do ensino médio*.

### 2.1 Periódicos da área de educação, Qualis A

Tabela 1 – Relação do quantitativo de periódicos da área da educação, *Qualis A* por região

Região	Quantidade de Periódicos <i>Qualis A</i>	Quantidade de periódicos selecionados
Norte	3	2
Nordeste	17	12
Centro-Oeste	11	6
Sudeste	48	27
Sul	34	20
Internacional	1	0

Fonte: elaborada pelos autores.

A Tabela 1 apresenta a relação entre a quantidade de periódicos da área da educação com *Qualis A* e a quantidade de periódicos vinculados à área da educação que contém artigos sobre os temas de *educação integral e reforma do ensino médio* em cada região brasileira: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul. Desta forma, foi identificado um total de dois periódicos na região Norte, conforme detalhado na Tabela 2.

Tabela 2 – Relação de periódicos de educação da Região Norte

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
1.	Revista Cocar UEPA	UEPA	A2	4	3	7
2.	Revista EXITUS	UFOPA	A4	7	2	9

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Região Norte, o total foi de 2 periódicos, totalizando 16 artigos. Dessa forma, na região Norte, há um total de 11 artigos sobre a educação integral e 5 artigos sobre a reforma do ensino médio.

Tabela 3 – Relação de periódicos de educação da Região Nordeste

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
1.	Interritórios	UFPE	A4	1	0	1
2.	Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica (RBEPT)	IFRN	A2	1	9	10
3.	Cadernos de Pesquisa	UFAM	A3	5	4	9
4.	Revista da FAEEDBA – Educação e Contemporaneidade	UNEB	A2	4	0	4
5.	Revista Debates em Educação	UFAL	A2	0	3	3
6.	Revista Educação e Emancipação	UFMA	A3	0	2	2
7.	Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar (RECEI)	UERN	A3	1	2	3

*continua*

Tabela 3 – Relação de periódicos de educação da Região Nordeste

conclusão

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
8.	Revista Espaço do Currículo	UEPB	A3	2	5	7
9.	Revista Holos	IFRN	A1	0	4	4
10.	Revista Linguagens, Educação e Sociedade (LES)	UFPI	A3	2	2	4
11.	Revista Práxis Educacional	UESB	A2	10	1	11
12.	Revista Tempos e Espaços em Educação	UFS	A3	1	0	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Região Nordeste, foram encontrados 12 periódicos, totalizando 59 artigos. Dessa forma, nessa região, há um total de 27 artigos sobre a *educação integral* e 32 artigos sobre a *reforma do ensino médio*, conforme consta na Tabela 3.

Tabela 4 – Relação de periódicos de educação da Região Centro-Oeste

6

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
1.	Retratos da Escola	CNTE	A2	5	11	16
2.	Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	UFG	A1	6	1	7
3.	Revista de Educação Pública	UFMT	A2	0	1	1
4.	Inter-Ação (UFG)	UFG	A2	2	0	2
5.	Revista Intermeio	UFMS	A3	5	1	6
6.	Revista Série Estudos	UFMT	A3	1	0	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Região Centro-Oeste, foram identificados 6 periódicos, totalizando 33 artigos. Dessa forma, na Região Centro-Oeste, há um total de 19 artigos sobre a *educação integral* e 14 sobre a *reforma do ensino médio*, conforme consta na Tabela 4.

Tabela 5 – Relação de periódicos de educação da Região Sudeste

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
1.	Colloquium Humanarum	Unoeste	A4	0	1	1
2.	DOXA – Revista Brasileira de Psicologia da Educação	Unesp	A4	0	1	1
3.	Educação em Foco (UFJF)	UFJF	A3	0	4	4
4.	Educação em Revista	UFMG	A1	1	2	3
5.	Educação Online	PUC-Rio	A4	1	0	1
6.	Educação: Teoria e Prática	Unesp	A2	1	1	2
7.	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	Fundação Cesgranrio	A1	2	0	2
8.	Formação Docente - Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores	GT08 ANPED	A4	1	0	1
9.	Revista @mbienteeducação	UNICID	A2	1	0	1
10.	Revista Brasileira de Educação	Anped	A1	1	0	1
11.	Revista Contemporânea de Educação	FE/UFRJ	A4	1	2	3
12.	Revista Crítica Educativa	UFSCar	A4	0	1	1
13.	Revista de Educação PUC-Campinas	PUC - Campinas	A3	2	4	6
14.	Revista Científica E-Curriculum	PUC SP	A2	10	3	13
15.	Revista Educação e Cultura Contemporânea	UNESA	A2	0	2	2
16.	Revista Educação e Políticas em Debate	UFU	A4	3	2	5
17.	Educação em Foco (UEMG)	UEMG	A4	2	1	3
18.	Educação em Perspectiva	UFV	A2	1	0	1
19.	Revista Eletrônica de Educação	UFSCAR	A2	1	0	1
20.	Revista HISTEDBR Online	Unicamp	A3	6	8	14

*continua*

Tabela 5 – Relação de periódicos de educação da Região Sudeste

						<i>conclusão</i>
N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
21.	Revista Ibero-americana de Estudos em Educação	Unesp	A1	2	3	5
22.	Revista Interinstitucional Artes de Educar - RIAE	UERJ/FFP UFRRJ/ IMIE; (UNIRIO)	A4	1	0	1
23.	Revista Online de Política e Gestão Educacional	Unesp	A3	4	1	5
24.	Revista Profissão Docente	UNIUBE	A4	4	1	5
25.	Revista Trabalho, Política e Sociedade	UFRRJ	A4	1	1	2
26.	Revista Triângulo	UFTM	A4	1	1	2
27.	Revista Teias	UERJ	A2	0	3	3

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Região Sudeste, o total foi de 27 periódicos, totalizando 89 artigos. Dessa forma, nessa região, há um total de 47 artigos sobre a *educação integral* e 42 artigos sobre a *reforma do ensino médio*, conforme consta na Tabela 5.

8

Tabela 6 – Relação de periódicos de educação da Região Sul

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	Reforma do ensino médio	Total
1.	Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional	UTP	A4	1	1	2
2.	Educação (UFSM)	UFSM	A2	2	2	4
3.	Educação & Realidade	UFRGS	A1	2	1	3
4.	Imagens da Educação	UEM	A4	0	1	1
5.	Jornal de Políticas Educacionais	UFPR	A2	0	4	4
6.	Perspectiva	UFSC	A2	0	1	1

*continua*

Tabela 6 – Relação de periódicos de educação da Região Sul

N.º	Periódico	Instituição	Qualis	Educação integral	conclusão	
					Reforma do ensino médio	Total
7.	Práxis Educativa	UEPG	A1	0	1	1
8.	Reflexão e Ação	UNISC	A3	7	2	9
9.	Revista de Gestão e Avaliação Educacional	UFSM	A4	1	0	1
10.	Revista Acta Scientiarum Education	UEM	A2	1	0	1
11.	Revista Contexto & Educação	UNIJUI	A2	1	1	2
12.	Revista Criar Educação	UNESC	A4	1	1	2
13.	Revista de Estudos Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa	UEPG	A3	1	2	3
14.	Revista Diálogo Educacional	PUCPR	A1	0	2	2
15.	Espaço Pedagógico	UPF	A3	0	11	11
16.	Revista Intersaberes	UNINTER	A3	1	0	1
17.	Revista Momento: Diálogos em educação	FURG	A4	0	1	1
18.	Revista Textura	ULBRA	A4	1	0	1
19.	Roteiro	Unoesc	A2	9	1	10
20.	Teoria e Prática da Educação	UEM	A4	0	1	1

Fonte: elaborada pelos autores.

Na Região Sul, o total foi de 20 periódicos, totalizando 61 artigos. Dessa forma, nessa região, há um total de 28 artigos sobre *educação integral* e 33 artigos sobre *reforma do ensino médio*, conforme consta no Tabela 6.

Com base no levantamento realizado no Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação da ANPED Catálogo de Revistas, identificamos 67 periódicos vinculados à área da educação com artigos relacionados aos temas de educação integral e reforma do ensino médio. A distribuição por região é a seguinte:

- a) Região Norte: 2 periódicos, 16 artigos (11 sobre *educação integral* e 5 sobre *reforma do ensino médio*);
- b) Região Nordeste: 12 periódicos, 59 artigos (27 sobre *educação integral* e 32 sobre *reforma do ensino médio*);

- c) Região Centro-oeste: 6 periódicos, 33 artigos (19 sobre *educação integral* e 14 sobre *reforma do ensino médio*);
- d) Região Sudeste: 27 periódicos, 89 artigos (47 sobre *educação integral* e 42 sobre *reforma do ensino médio*);
- e) Região Sul: 20 periódicos, 61 artigos (28 sobre *educação integral* e 33 sobre *reforma do ensino médio*).

Desse modo, foi identificado, nos periódicos do FEPAE nacional, um total de 132 artigos sobre a educação integral e 126 artigos sobre a reforma do ensino médio. Foi selecionado um total de 5 artigos para a categorização dos estudos de acordo com os resultados, perspectivas e desafios apontados pelos pesquisadores, a fim de favorecer a análise crítica e o diálogo teórico.

Quadro 1 – Referências dos artigos publicados em revistas científicas e selecionados (2018-2023)

Ano	Título	Autor (es)	Revista	Qualis
2023	Apontamentos sobre as dimensões constitutivas da educação integral em perspectiva crítica	Vianna, R. de B.; Silveira, Éder da S.	Revista Cocar UEPA	A2
2023	Do discurso ao percurso da reforma do ensino médio no Brasil: análise de conflitos e interesses	Marchi, M.; Da Silva, M. P.; Machado dos Santos, A.	Revista Cocar UEPA	A2
2023	Educação integral e democracia: contextos, referências e conceitos em um campo de disputas	Barcelos, Renata Gerhardt de; Moll, Jaqueline.	Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade	A2
2020	Ensino médio no Brasil no contexto das reformas educacionais: um campo de disputas?	Caetano, M. R.; Martini Alves, A. A.	Revista Interfaces Científicas – Educação	A4
2019	Reforma do Ensino Médio: desafios e possibilidades da educação integral	Barbosa, L. L.; Colares, M. L. I. S.	Cadernos de Pesquisa	A3

Fonte: elaborado pelos autores.

## 2.2 Dos artigos selecionados

A seleção dos artigos deu-se a partir de uma revisão bibliográfica de caráter exploratório. Para tanto, foi realizado um levantamento de artigos científicos que estivessem em português na base de dados, Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação da ANPEd e Catálogo da Revista Cocar UEPA, Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Revista Interfaces Científicas – Educação e Cadernos de Pesquisa, e que atendessem ao objetivo da presente pesquisa. Foram utilizados os seguintes descritores: *educação integral e reforma do ensino médio*, sendo selecionados 5 artigos, a partir de uma perspectiva histórica, crítica e reflexiva.

Dos que foram selecionados, 2 artigos se direcionaram para a educação integral – o primeiro disserta sobre a educação integral em sua perspectiva crítica a fim de identificar e compreender suas dimensões; o segundo aborda a educação integral a partir de uma perspectiva histórica das lutas em prol de sua democratização e suas políticas públicas no decorrer dos anos –, 2 artigos abordam a reforma do ensino médio – o primeiro apresenta o percurso de sua implementação, reflexões sobre seus interesses e conflitos; o segundo faz uma análise mais aprofundada sobre o seu percurso histórico e sua relação com as reformas globais da educação –, e 1 artigo dialoga com a reforma do ensino médio, focalizando a educação integral e analisando seus desafios e possibilidades.

Os 5 artigos selecionados encontram-se nos seguintes periódicos: Revista Cocar UEPA, Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Revista Interfaces Científicas – Educação e Cadernos de Pesquisa.

A Revista COCAR é um periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEPA. A Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade é um periódico trimestral, temático, publicado pela Universidade do Estado da Bahia (Departamento de Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade). A Revista Interfaces Científicas – Educação é uma revista científica que tem como missão contribuir para a reflexão e a discussão de temas ligados à educação. Cadernos de Pesquisa é uma revista publicada pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Percebe-se que os artigos selecionados são de periódicos das regiões Norte e Nordeste, 2 artigos da Região Norte e 3 artigos da Região Nordeste.

## 2.3 Das categorias de análise

As produções selecionadas, no total de 5, foram baixadas, arquivadas em pastas virtuais, lidas e categorizadas. A partir da leitura do material selecionado, elegeram-se as seguintes categorias: educação integral; reforma do ensino médio; e a reforma do ensino médio com foco na educação integral.

### 2.3.1 Educação integral

Nesta categoria estão reunidos os artigos cujo interesse principal das pesquisas se pautou em discutir contextos, referências, conceitos e uma perspectiva crítica relacionados à educação integral. O Quadro 2 apresenta informações referenciais das pesquisas: ano, título, autores, revista e o Qualis parcial dos periódicos.

Quadro 2 – Categoria temática: educação integral

Ano	Título	Autor(es)	Revista	Qualis
2023	Apontamentos sobre as dimensões constitutivas da educação integral em perspectiva crítica	Vianna, R. de B.; Silveira, Éder da S.	Revista Cocar UEPA	A2
2023	Educação integral e democracia: contextos, referências e conceitos em um campo de disputas	Barcelos, Renata Gerhardt de; Moll, Jaqueline	Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade	A2

Fonte: elaborado pelos autores.

As produções selecionadas possuem como similaridade a discussão da educação integral. No artigo *Apontamentos sobre as dimensões constitutivas da educação integral em perspectiva crítica*, de Vianna e Silveira (2023), os autores afirmam que, com a reforma do novo ensino médio, o sentido da educação integral entra em disputa, e sua lógica se perde – a formação humana não está mais em questão. Partindo dessa análise, o artigo apresenta as principais dimensões em três eixos basilares, sendo eles a dimensão democrática, a dimensão de tempo espaço, e a dimensão da dignidade social.

Para Vianna e Silveira (2023) a dimensão democrática da educação integral é uma dimensão política necessária para a formação humana integral dentro dos espaços educacionais. A dimensão democrática garante o direito à educação a todos, independentemente do seu nível social. Alguns elementos da dimensão democrática que

constituem a perspectiva crítica são a cidadania, a dignidade humana, a formação para os Direitos Humanos e a inclusão social. Dessa forma, com a ampliação do tempo escolar, torna-se imprescindível que se estabeleçam essas políticas sociais. Caso isso não ocorra, não se pode chamar de educação integral nem de democrática. De acordo com Arroyo (2012), uma educação que se pretende integral deve comprometer-se com um projeto político democrático, sustentado na inclusão, na autonomia, na gestão democrática e na pluralidade dos sujeitos e suas realidades.

“A dignidade e a justiça social são indissociáveis para uma educação integral na atualidade” (Vianna; Silveira, 2023, p. 10). Dialogando com Vianna e Silveira (2023), observa-se que vivemos em uma sociedade extremamente desigual e injusta, e é essencial que a escola amenize esse cenário, pois “o pressuposto da formação integrada não é o tipo de educação que interessa à classe dominante” (Frigotto; Ciavatta; Ramos, 2020, p. 62).

A jornada escolar estendida não pode ser apenas a extensão do tempo na escola, e sim buscar abranger um currículo que busque a educação integral em todas as dimensões, realidade e possibilidades. Por isso, é “[...] importante refletir sobre a justiça escolar para avaliar o sentido e alcance das políticas escolares” (Dubet, 2004, p. 540).

Segundo Vianna e Silveira (2023), na perspectiva da educação integral crítica, o tempo e o espaço estão interligados em uma relação de dependência mútua para a continuação de um projeto emancipatório; não é possível ofertar uma educação se esses elementos não estiverem em “sintonia”. Considerar essas dimensões exige um currículo cuja perspectiva não se restrinja apenas ao interior das instituições, mas que vá além dela. Então, “torna-se indispensável baixar os muros da escola em pensar sobre a cidade como território de múltiplas possibilidades educativas” (Moll, 2012).

De acordo com Maciel (2017), uma educação que se pretende integral busca articular dimensões afetivas e políticas na formação de sujeitos historicamente comprometidos com a realidade na qual estão inseridos, promove a intervenção nessa realidade e permite que se compreendam as contradições históricas, sociais e econômicas, não se subordinando à realidade imposta.

As principais dimensões exploradas no texto – a dimensão democrática, a dimensão tempo-espaço e a dimensão da dignidade e justiça social – constituem um sentido crítico de Educação Integral que vem sendo ignorado pelas políticas educacionais contemporâneas. A Educação Integral em perspectiva Crítica tem o compromisso com uma formação em que a razão humana se oponha às razões instrumentais e favoreça a superação de obstáculos à emancipação. (Vianna; Silveira, 2023, p. 19).

No artigo *Educação Integral e Democracia: Contextos, referências e conceitos em um campo em disputas*, de Barcelos e Moll (2023), os autores realizam uma pesquisa de análise biográfica com o objetivo de abordar a educação integral desde sua perspectiva histórica, retomando as lutas para a construção de uma educação universal, laica, pública e de uma formação humana integral, salientando as contribuições históricas de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Maria Nilde Mascellani, dando destaque às relações entre escola e democracia e lembrando políticas públicas, sobretudo o Programa Mais Educação e o Programa Novo Mais Educação.

O conceito de educação integral passou por diversas disputas. É necessário nos aprofundar na história da educação brasileira, notadamente no que toca às políticas públicas que foram se construindo ao longo dos anos.

Ao analisar a história da educação brasileira, estamos refletindo também sobre a história das políticas públicas educacionais, ou seja, das decisões do estado brasileiro sobre a educação, sobretudo revendo as ações governamentais e seus consequentes impactos sociais. (Sena; Colares, 2023, p. 2).

Segundo Barcelos e Moll (2023), Anísio Teixeira esteve à frente de diversos embates pela educação pública, integral e de qualidade. Uma de suas frases mais conhecidas – “Só haverá democracia no Brasil no dia em que se montar a máquina que faz a democracia e está máquina é a escola pública” (Teixeira, 1936) – faz jus a Anísio. Este educador efetivou planos de construção de escolas e universidades, sempre em prol de uma educação de qualidade. A luta de Anísio o levou ao exílio em 1935 e ao autoexílio em 1964, mas, mesmo com seu afastamento, continuava trabalhando em favor de uma educação de qualidade.

Darcy Ribeiro, a partir das trilhas abertas por Anísio, entendia o papel da escola de educação integral para a garantia do real direito à educação. Teve papel muito importante para a efetivação de políticas sociais e educacionais. “No Brasil, a educação integral tomou forma a partir das experiências de Anísio Teixeira, na Bahia, nos anos 1950, e de Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro na década de 1980” (Da Silva; Colares, 2020, p. 390).

Darcy Ribeiro foi responsável pela construção da política educacional CIEPs, realizada no Rio de Janeiro, que proporcionou os recursos necessários para a permanência de alunos em situações de vulnerabilidade. Paulo Freire contribuiu para a construção de uma educação integral com obras. Sua luta por uma educação popular foi marcada pelo diálogo e pela inclusão de jovens e adultos excluídos.

Maria Nilde Mascellani colaborou para a construção de experiências significativas de educação integral. O currículo era pensando no desenvolvimento dos alunos em suas diferentes dimensões, focando em desenvolver sua autonomia.

Segundo Barcelos e Moll (2023), estas memórias precisam estar vivas para que possamos entender a força de suas ideias, proposições e obras. Não podemos pensar em educação integral sem pensar no contexto de lutas por uma educação pública, laica, universal e de qualidade. As autoras retomam a política pública mais recente como programa indutor da educação integral, o Programa Mais Educação, que carregava as concepções de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro, Paulo Freire e Maria Nilde Mascellani.

O Programa Mais Educação visava ampliar o tempo diário nas escolas, com uma ampla gama de atividades diversificadas e possibilidades, buscando o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões: “o programa mais educação abriu possibilidades de práticas diferenciadas em milhares de escolas pelo país, promovendo a articulação da escola com outros espaços culturais e sociais” (Barcelos; Moll, 2023, p. 26).

Barcelos e Moll (2023) seguem discutindo sobre as políticas públicas de educação integral e suas descontinuidades e perspectivas. O Programa Mais Educação foi suspenso, e foi instituído o Programa Novo Mais Educação, segundo a Portaria MEC n.º 1.114/2016 (Brasil, 2016), que se limitava a um reforço escolar, com o objetivo principal de qualificar o ensino de língua portuguesa e da matemática no ensino fundamental, o que nada se vincula à educação integral.

No Programa Mais Educação, a semântica instituída pelos atos que o regulamentam explicita expressões como desenvolvimento, comunidade, diversidade e direitos, enquanto o Novo Mais Educação aponta contraturno, desempenho escolar e rendimento, entre outras. Deste modo, expressam e materializam duas concepções muito diversas de educação e de projeto de desenvolvimento humano para a vida em sociedade, sobre as quais é preciso refletir permanentemente, dado o avanço dos interesses de mercado sobre as políticas educacionais. (Barcelos; Moll, 2023, p. 28).

Como podemos identificar a partir de Barcelos e Moll (2023), uma educação integral que se pretenda duradoura tem a necessidade de garantir uma educação de qualidade, a democratização do acesso, a ampliação do currículo, de forma a englobar diferentes saberes e habilidades, bem como o respeito do tempo de cada aluno. Para isso, é necessário compreendermos as relações entre educação e sociedade, entre acesso à educação de qualidade e manutenção de uma ordem social democrática.

### 2.3.2 Reforma do ensino médio

Nesta categoria estão reunidos os artigos em que o interesse principal se pautou em discutir contextos, conflitos e interesses relacionados à reforma do ensino médio. O Quadro 3 apresenta as principais informações das pesquisas: ano, título, autores, revista e o Qualis parcial dos periódicos.

Quadro 3 – Categoria temática: reforma do ensino médio

Ano	Título	Autor(es)	Revista	Qualis
2023	Do discurso ao percurso da reforma do ensino médio no Brasil: análise de conflitos e interesses	Marchi, M.; Da Silva, M. P.; Machado dos Santos, A.	Revista Cocar UEPA	A2
2020	Ensino médio no Brasil no contexto das reformas educacionais: um campo de disputas?	Caetano, M. R.; Martini Alves, A. A.	Revista Interfaces Científicas – Educação	A4

Fonte: elaborado pelos autores.

A educação brasileira ao longo dos anos foi, e é, alvo de mudanças e disputas. Se analisarmos a trajetória da educação brasileira, vamos nos deparar com suas permanências e rupturas, assim como seus avanços e retrocessos, como afirmam Colares, Colares e Cardozo (2021). O ensino médio se tornou o principal alvo dessas rupturas e retrocessos nos últimos anos com a reforma do ensino médio. Os artigos descritos no Quadro 3 têm como interesse principal discutir a reforma do ensino médio visando a um contexto histórico, político e social.

A produção de Marchi, Silva e Santos (2023) constitui uma pesquisa de abordagem qualitativa e bibliográfica, com o objetivo de propor reflexões sobre os conflitos e interesses que permeiam os discursos e a implantação da reforma do ensino médio. Já Caetano e Alves (2020) buscaram compreender como a reforma do ensino médio no Brasil se relaciona com as reformas globais da educação, usando como percurso metodológico o levantamento e análise de fontes primárias (documentos oficiais, institucionais e relatórios) e secundárias (pesquisas e produções já desenvolvidas sobre o tema).

Para compreendermos o novo ensino médio, é necessário entendermos quais as políticas públicas que nortearam a reforma, seus interesses, suas mudanças e seus impactos no ensino médio. A terceira seção da pesquisa de Marchi, Silva e Santos (2023) se inicia com o seguinte questionamento: *Políticas educacionais para a reforma do ensino médio no Brasil:*

*por que, e para quem?*. O Brasil precisava corrigir os desequilíbrios fiscais e garantir um desenvolvimento econômico, pois, segundo Fornari (2020), pesquisas realizadas pelo Banco Mundial indicavam que o Brasil gastava muito com educação, e não apresentava resultados positivos.

E “para quem?”. Segundo Fornari (2020), desde sempre as políticas educacionais foram voltadas para os interesses capitalistas, voltadas apenas para a formação de trabalhadores para atuarem no mercado de trabalho. Como afirmam Marchi, Silva e Santos (2023), uma das principais características da reforma do ensino médio é incentivar o aprendizado ao longo da vida e preparar os alunos para as adversidades do mercado de trabalho.

À luz dos objetivos do BM para o Brasil, a Lei n.º 13.415 (BRASIL, 2017), que determina a reforma do ensino médio, deixa explícita a sua relação direta com o desenvolvimento econômico e as demandas do mercado de trabalho, obedecendo aos interesses de uma pequena minoria burguesa. (Marchi; Santos; Silva, 2023, p. 6).

As pesquisas citadas destacam as transformações educacionais que ocorreram no Brasil. Caetano e Alves (2020) reforçam que, na primeiras décadas do século XX, “o processo de industrialização do país se intensificou, reforçando a dualidade estrutural da educação dos ricos, versus educação dos pobres” (Caetano; Alves, 2020, p. 723). Como exemplo, menciona-se a Reforma Gustavo Capanema, que foi um marco da dualidade estrutural da educação brasileira. Anos mais tarde, ocorre o Golpe Militar de 1967, com novas propostas na área da educação. Logo após, na década de 1980, ocorre o período de abertura democrática.

Marchi, Silva e Santos (2023) citam a criação da Lei n.º 9394/1996 – a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) –, que trouxe mudanças importantes para o sistema educacional brasileiro, mudanças essas que tornaram necessária a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) para financiar as mudanças trazidas pelas nova LDB, Lei n.º 9.394/1996, o que, segundo Pereira (2019), fez com que os interesses políticos vinculados aos interesses financeiros acabassem fazendo com que as políticas educacionais se tornassem parte das políticas sociais, levando a uma série de mudanças históricas vinculadas aos interesses do capital externo e às políticas de ajustes internacionais da economia mundial. Os governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso destacaram-se como os governos em que mais

predominou essa política neoliberal. Logo após, ocorreram os dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Caetano e Alves (2020), após o Golpe Jurídico, Parlamentar e Midiático que ocasionou o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e a assunção do vice-presidente Michel Temer ao poder em 31 de agosto de 2016, em menos de um mês após assumir a presidência da República, em 23 de setembro de 2016, Michel Temer promulga a Medida Provisória n.º 746/2016, que modifica a LDBEN n.º 9.394/1996 e reformula o currículo do ensino médio, causando uma série de discussões no campo acadêmico e educacional.

Caetano e Alves (2020) enfatizam que a Lei n.º 13.415/2017, aprovada no governo de Michel Temer, promoveu mudanças drásticas na proposta da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) relacionada a essa etapa da Educação Básica. Os autores apresentaram os eixos da reforma do ensino médio e suas principais alterações. Os eixos são estes: carga horária mínima anual, componentes obrigatórios do currículo, carga horária da BNCC do Ensino Médio, itinerários formativos, educação a distância, formação técnica e profissional, ensino médio noturno, língua estrangeira, profissionais da educação básica. O que percebemos é que

o que está em questão é a própria concepção de currículo, simplificado, estandardizado, focado em matemática e português, com processos padronizados de testagem de resultados, garantidos por uma gestão focada nos resultados, indicado pelo próprio Banco Mundial ao conceder o empréstimo ao Brasil. (Caetano; Alves, 2020, p. 729).

18

Dessa forma, Marchi, Silva e Santos (2023) e Caetano e Alves (2020) mostram que esta última etapa da educação básica é influenciada pela visão tecnicista, um projeto educacional baseado na produtividade para o mercado. As políticas públicas visam ao treinamento de trabalhadores, e não o desenvolvimento integral do aluno, fazendo-nos questionar e discutir as reformas na área da educação, pois, segundo Gramsci (1982), as novas práticas educativas, de novas não têm nada, buscam apenas trabalhar o convencimento imediato dos atores envolvidos no processo, acreditando ser a escola promotora de democracia e justiça social.

### 2.3.3 Reforma do ensino médio com foco na educação integral

Nesta categoria foi selecionado um artigo cujo interesse principal se pautou em discutir desafios e possibilidades da educação integral na reforma do ensino médio.

Quadro 4 – Categoria temática: reforma do ensino médio com foco na educação integral

Ano	Título	Autor(es)	Revista	Qualis
2019	Reforma do Ensino Médio: desafios e possibilidades da educação integral	Barbosa, L.L.; Colares, M. L. I. S.	Cadernos de Pesquisa	A3

Fonte: elaborado pelos autores.

O artigo *Reforma do ensino médio: desafios e possibilidades da educação integral*, de Barbosa e Colares (2019), constitui uma pesquisa qualitativa que utilizou o percurso metodológico bibliográfico com o objetivo de analisar os desafios e possibilidades da educação a partir da reforma do ensino médio. Apresenta a contextualização da reforma do ensino médio no Brasil, as alterações ocorridas nos dispositivos legais brasileiros, tendo como categorias de análise a flexibilização curricular e o financiamento da reforma do ensino médio.

Barbosa e Colares (2019) enfatizam que a reforma prevê uma política de fomento de escolas em tempo integral. Porém, no documento preliminar da BNCC, os autores destinam uma página para tratar do compromisso com a educação integral. As autoras explicam a necessidade de esclarecer os conceitos de educação integral, educação de tempo integral, escola de tempo integral e educação integral de tempo integral, pois possuem diferentes concepções. Estas serão elucidadas abaixo a partir da distinção dos conceitos realizada por Lima e Almada (2013):

- a) educação integral – refere-se à ideia de cada estudante ter uma formação mais completa possível, formação essa que vá além dos conhecimentos tradicionalmente veiculados pela escola e possa abranger as dimensões intelectual, artística, físico-corporal e tecnológica, o que demanda maior tempo e possivelmente articulação com outros espaços educativos;
- b) educação de tempo integral – refere-se à ideia de ampliação da jornada escolar para além do espaço da escola, mas não necessariamente que nessa jornada se implemente uma educação integral;

- c) escola de tempo integral – refere-se ainda à ideia de ampliação da jornada, restrita ao espaço da escola, mas, da mesma forma, não implica a implementação de uma educação integral;
- d) educação integral de tempo integral – refere-se à ideia de educação integral, já explicitada; só pode ser desenvolvida em tempo integral.

De acordo com Barbosa e Colares (2019), para que a educação integral se efetive é necessária a criação de escolas de tempo integral e que a educação omnilateral seja defendida como concepção emancipatória de formação humana.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da problemática que norteou a pesquisa – o que se tem veiculado nos periódicos do FEPAE nacional sobre a reforma do ensino médio e educação integral? –, com o objetivo de realizar uma revisão sistematizada e sintetizar as evidências científicas descritas nos artigos, foi possível perceber as divergências entre a nova BNCC e a educação integral. A BNCC, com a reforma do ensino médio, surgiram por motivos de ajustes fiscais e para melhorar a educação no Brasil, mas percebemos que esse não é o real motivo. O que realmente importa para os autores do novo ensino médio não é a formação integral do aluno, e sim a formação de trabalhadores para o mercado de trabalho, o que diverge da educação integral, que tem como objetivo a formação integral do aluno em todas as suas dimensões, tornando-o um cidadão crítico e reflexivo. Com o novo ensino médio, a educação integral apenas deixa de existir, tornando-se uma utopia. Espera-se que os resultados possam contribuir com a análise da reforma do ensino médio, além de subsidiar ações no campo das políticas públicas.

20

### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, E. S.; COLARES, M. L. I. S. Políticas indutoras de educação integral: uma revisão sistematizada. **Revista Profissão Docente**, v. 22, n. 47, p. 1-23, 2023. Disponível em: <https://revistas.uniube.br/index.php/rpd/article/view/1476>. Acesso em: 5 abr. 2024.

ARROYO, Miguel. O direito a tempos-espacos de um justo e digno viver. In: MOLL, Jaqueline. **Caminhos da educação integral no Brasil: outros tempos e espaços educativos**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 33-45.

BARBOSA, L. L.; COLARES, M. L. I. S. Reforma do ensino médio: desafios e possibilidades da educação integral. **Cadernos de Pesquisa**, v. 26, n. 2, p. 295-316, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2229.v26n2p295-316>. Acesso em: 10 jan. 2024.

BARCELOS, R. G. de; MOLL, J. Educação integral e democracia: contextos, referências e conceitos em um campo em disputas. **Revista da FAEBA - Educação e Contemporaneidade**, [S. l.], v. 32, n. 70, p. 17-31, 2023. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/article/view/16305>. Acesso em: 23 dez. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC n.º 1.144, de 10 de outubro de 2016**. Institui o Programa Novo Mais Educação, que visa melhorar a aprendizagem em Língua Portuguesa e Matemática no ensino fundamental. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/outubro-2016-pdf/49131-port-1144mais-educ-pdf/file>. Acesso em: 23 dez. 2023.

CADERNOS DE PESQUISA. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). ISSN 2178-2229. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/about>. Acesso em: 5 abr. 2024.

CAETANO, M. R.; MARTINI ALVES, A. A. Ensino médio no Brasil no contexto das reformas educacionais: um campo de disputas?. **Interfaces Científicas – Educação**, v. 8, n. 3, p. 718-736, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.17564/2316-3828.2020v8n3p718-736>. Acesso em: 10 jan. 2024.

CARVALHO, Celso do Prado Ferraz; GALVÃO, Nelson Luiz Gimenes. A educação integral na perspectiva da pedagogia histórico-crítica: em defesa da educação escolar e do trabalho docente. **Dialogia**, São Paulo, n. 42, p. 1-23, e22285, set./dez. 2023.

COLARES, Maria Lília Imbiriba Sousa; COLARES, Anselmo Alencar; CARDOZO, Maria José Pires Barros. Permanências, rupturas e desafios na educação brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, v. 28, n. 1, p. 186-206, jan. 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/15141>. Acesso em: 22 maio 2024.

DA SILVA, N. F.; COLARES, M. L. I. S. A educação integral no Oeste do Pará: o estado do conhecimento a partir das dissertações do PPGE-UFOPA. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 16, n. 39, p. 379-394, 2020. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/6386>. Acesso em: 5 abr. 2024.

DUBET, François. O que é uma escola justa? **Cadernos de Pesquisa**, v. 34, n. 123, p. 539-555, set./dez. 2004.

FORNARI, Márcia. **A política de financiamento do Banco Mundial para a Reforma do Ensino Médio no Governo Temer**. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Curso de Mestrado em Educação, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2020.

FRIGOTTO, G.; CIAVATA, M.; RAMOS, M. Ensino médio no Brasil: (im)possibilidades político históricas. In: MOLL, J.; GARCIA, S. (org.). **Ensino médio para todos no Brasil: que ensino médio?** Porto Alegre: CirKula, 2020. p. 21-42.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LIMA, F. das C. S.; ALMADA, J. U. P. S. de. Educação integral: concepções, experiências e a sinalização do projeto de lei do plano nacional de educação 2011-2020. In: LIMA, F. das C. S.; LIMA, L. M.; CARDOZO, M. J. P. B. (org.). **Educação integral: ideário pedagógico, políticas e práticas**. São Luís: Edufma, 2013.

MACIEL, Antônio Carlos; JACOMELI, Maria Regina Martins; BRASILEIRO, Tânia Suely. Fundamentos da educação integral politécnica: da teoria à prática. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 473-488, 2017.

MARCHI, M.; DA SILVA, M. P.; MACHADO DOS SANTOS, A. Do discurso ao percurso da reforma do ensino médio no Brasil: análise de conflitos e interesses. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5875>. Acesso em: 19 dez. 2023.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para a sua consolidação como política pública. In: MOLL, J. (org.). **Caminhos da educação integral no Brasil**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-146.

PEREIRA, Cláudia Simony Mourão. **Reforma do Ensino Médio - Lei 13.415/2017: avanços ou retrocessos na educação?** 2019. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola) – Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2019.

REVISTA COCAR. Universidade do Estado do Pará, Centro de Ciências Sociais e Educação. Belém, PA. ISSN: 1981-9269. e-ISSN: 2237-0315. Prefixo DOI: 10.31792. Qualis: A2. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/about/contact>. Acesso em: 5 abr. 2024.

REVISTA DA FAEEBA. Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Departamento de Educação I – DEDC, Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC). ISSN: 0104-7043. e-ISSN: 2358-0194. Prefixo DOI: 10.21879. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeaba/about>. Acesso em: 5 abr. 2024.

REVISTA INTERFACE CIENTÍFICA. Universidade Tiradentes (UNIT), Editora Universitária Tiradentes, Aracaju, SE. ISSN IMPRESSO: 2316-333X. ISSN DIGITAL: 2316-

3828. DOI: 10.17564/2316-3828. Qualis: A4. Disponível em:  
<https://periodicos.set.edu.br/educacao/about>. Acesso em: 5 abr. 2024.

TEIXEIRA, A. S. **Educação para a democracia**: introdução à administração educacional. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

VIANNA, R. de B.; SILVEIRA, Éder da S. Apontamentos sobre as dimensões constitutivas da Educação Integral em perspectiva crítica. **Revista Cocar**, v. 18, n. 36, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5786>. Acesso em: 19 dez. 2023.

Recebido em: 23 jun. 2024.

Aceito em: 18 jul. 2024.